



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

GRUPO GESTOR DE SISTEMAS DE TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

ATA DE REUNIÃO

CONVOCADO POR: DIEGO BAPTISTA LEITÃO, SECRETÁRIO DE INFORMÁTICA.

DATA: 08.08.19

PARTICIPANTE	CARGO/SETOR
DR. GERALDO NEVES LEITE	JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DO TJPA
DRA. ANTONIETA MARIA MILÉO	JUÍZA COORDENADORA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
DRA. KÁTIA SENA	JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA DO INTERIOR
DR. RODIER BARATA ATAÍDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA - MINISTÉRIO PÚBLICO
ANDRÉ MARTINS PEREIRA	DEFENSORIA PÚBLICA
NATÁLIA COUTO	DEFENSORIA PÚBLICA
LUCAS PRADO KIZAN	OAB – PARÁ
ADRIANO SILVA DE ARRUDA	MINISTÉRIO PÚBLICO
DIEGO LEITÃO	SECRETÁRIO DE INFORMÁTICA – TJPA
RODRIGO MEDEIROS	ANALISTA JUDICIÁRIO
YAN LIMA	ANALISTA TÉCNICO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

GRUPO GESTOR DE SISTEMAS DE TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

MARÍLIA PAULO TELES	ANALISTA JUDICIÁRIO
MIGUEL PERNAMBUCO	ANALISTA JUDICIÁRIO

ASSUNTOS DISCUTIDOS

O Dr Geraldo Neves começa a reunião, agradecendo a participação dos membros externos. E começa a falar a respeito da implantação do PJE em todas as comarcas cíveis e da alteração para a versão 2.1. E passa a palavra para o Sr. Diego Leitão.

O Sr. Diego Leitão explica como se deu a implantação das comarcas cíveis. Que pela primeira vez se deu por meio da ferramenta de ensino a distância. E, o registro final foi que esta nova forma de treinamento foi muito proveitosa apesar da resistência cultural, o que permitiu que 22 comarcas foram implantadas em um único mês reduzindo custos e tempo de implantação quando comparado ao modelo presencial.

O Dr. Rodier, parabeniza pela utilização da ferramenta de EAD. E questiona como foi feita a formação dos tutores. O Dr. Geraldo explica que a Escola Superior da Magistratura faz um curso de formação de tutores. O Dr. Geraldo registra que o magistrado responsável pelo EAD é o Dr. Caio Berardo.

O Sr. Diego Leitão continua a apresentação ressaltando que a versão que o TJPa está é a mais nova versão do CNJ. A Dra. Antonieta registra que com essa nova versão já está integrada com o Consumidor.GOV fazendo com que as reclamações que forem iniciadas nesta ferramenta sejam automaticamente convertidas em processo em caso de falta de conciliação. O Sr. Diego Leitão explica a ideia inicial de como será feita a implantação do PJE na área criminal. No entanto, faz a ressalva de que é apenas uma ideia inicial haja vista que o Dr. Rodier perguntou como se daria esse fluxo antes do início da reunião. Dr. Geraldo informa que será marcada uma nova reunião para dar publicidade ao cronograma oficial e ressalta que novos órgãos deverão ser chamados para participar do Grupo Gestor para que a implantação do módulo criminal possa ocorrer.

O Dr. Rodier registra que conseguiu-se avançar bastante com a implantação do PJe, e questiona como o vai funcionar a utilização do PJe no criminal uma vez que a tarefa de um órgão não deve onerar outros, principalmente no que diz respeito aos inquéritos policiais. O Sr. Rodrigo explica o funcionamento do uso do criminal na Comarca de Igarapé- Açu, onde a Polícia dá entrada no inquérito, e o próprio sistema disponibiliza uma cópia para o Ministério Público, explica ainda a arquitetura e o funcionamento do PJe que deixou de ser apenas um sistema e passou a ser um conglomerado de serviços e desta maneira é mais fácil de implementar melhorias para evoluir o sistema com mais facilidade e esta é uma das vantagens de estarmos na última versão do PJe apesar dos desafios inerentes da inovação.

O Sr. André registra que a defensoria está passando por um problema relacionado às alterações das classes processuais, principalmente no que tange as classes de saúde. O Sr. Rodrigo informa como funciona a utilização do par classe e processo do CNJ, nessa nova versão o PJe está totalmente vinculado às tabelas e classes do CNJ. Em relação aos assuntos de saúde o que houve foi uma alteração da classe onde o assunto saúde está relacionado. A Dr. Katia explica que é possível de acordo com o glossário da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

GRUPO GESTOR DE SISTEMAS DE TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

própria tabela identificar em qual classe o assunto relacionado à saúde está agrupado. O Sr. Rodier explica que o MPPa utiliza a tabela atualizada também e solicita que o Tribunal sempre que possível vincule as tabelas para que não haja inconsistências. O senhor Rodrigo explica que o Tribunal precisa definir qual a classe e assunto pertence à cada competência de vara e por vezes isto gera uma demanda reprimida, mas o Tribunal está trabalhando nessa demanda. O Dr. Rodier pondera a respeito da falta de registro de indisponibilidade durante o período de implantação. O Sr. Rodrigo explica a diferença entre as indisponibilidades pontuais só de algum nó/servidor do PJe e indisponibilidade total do sistema o que não ocorreu de fato, entretanto o Sr. Rodrigo ressalta que eventualidades ocorrem e são tratadas caso a caso. O Dr. Geraldo recomenda que qualquer dúvida entre em contato com a Secretaria de Informática, pois a regulamentação das indisponibilidades do sistema prevê que os registros sejam feitos somente após uma hora de indisponibilidade. O Sr. Adriano ressalta que o disposto na resolução trata de sessenta minutos ininterruptos ou não e que apesar da recomendação interna ser de não deixar para o fim do prazo. O senhor Rodrigo informa que inclusive que a Secretaria de Informática em alguns casos é intimada a responder processualmente as questões de indisponibilidade e que desconhece o caso de magistrado que ignora os registros de indisponibilidade.

O Sr. Lucas Kizan questiona como está sendo feito o treinamento presencial de advogados ou partes. E pede a colaboração do Tribunal para que os servidores possam dar andamento nos processos sem que o advogado tenha que se dirigir até a vara, principalmente em função do processo ser eletrônico.

Diante do esgotamento da pauta, o Dr. Geraldo Neves agradece a presença dos membros externos e inicia a segunda parte da reunião.

Com relação ao item 5 da pauta, o PA-MEM-2019/36988 é um questionamento sobre a responsabilidade de lotação de magistrados e servidores nos sistemas processuais. O senhor Rodrigo sugere a integração entre sistemas processuais e Diário de Justiça Eletrônico para que ao ser publicada a portaria de lotação o próprio sistema fazer as lotações. Na sequência, outras possibilidades foram avaliadas, sempre seguindo a ideia de integração de sistemas com vistas a automatizar a atividade dos servidores. Para tratamento imediato do caso, decidiu-se pela melhor instrução desse tipo de atividade pelos próprios servidores bem como a distribuição de uma portaria para normatizar o caso até que uma solução tecnológica possa ser implementada.

Com relação ao item 6 relacionada a retirada do PJe Relatórios, a Secretaria de Informática informa sobre como tirar o referido sistema uma vez que várias maneiras de se recuperar dados, com filtros distintos gera divergência de resultados, o que já uma recomendação da presidência e também em função do setor de estatística dispor de um servidor da secretaria de informática exclusivamente para a emissão de relatórios ainda não automatizados. Sendo assim, foi aceita a descontinuidade do PJE Relatórios desde que condicionada a produção de instruções claras para o caminho de obtenção dos relatórios antes disponíveis no antigo sistema.

Com relação ao item 7 da pauta, no que se refere a criação de um grupo operacional de sistemas foram apontados os nomes: Dr. Caio Berardo (magistrado representante do SISTAP), Dr. Fabio Póvoa (magistrado representante da Comissão de Informática e membro da Central de Negócios), Sr. Orlando Bordalo (servidor representante do segundo grau), Sr. César Sampaio (servidor representante do primeiro grau), Marília Teles (servidora da secretaria de informática), Rodrigo Medeiros (servidor da secretaria de informática) e Igor Simões (servidor da secretaria de informática e membro da Central de Negócios). Estes nomes serão submetidos à aprovação do Desembargador Presidente deste grupo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

GRUPO GESTOR DE SISTEMAS DE TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

Por fim, registro em ata a ausência do Desembargador Luiz Neto e do Dr. Caio Berardo em função de compromissos judiciais e do Sr. Arilson em função de viagem institucional.

ITENS DE AÇÃO

TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
IDENTIFICAR OUTROS ÓRGÃOS QUE PASSARÃO A UTILIZAR O PJE EM FUNÇÃO DA IMPLANTAÇÃO NO CRIMINAL PARA QUE O GRUPO GESTOR POSSA SER ALTERADO PARA OFICIALIZAR A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES.	MARÍLIA TELES	30 DE MARÇO DE 2020

PRÓXIMA REUNIÃO

DATA:	INÍCIO:	FIM:	LOCAL:

Dr. Geraldo Neves Leite

Juiz Auxiliar Da Presidência Do Tjpa

Dra. Antonieta Maria Miléo

Juíza Coordenadora Dos Juizados Especiais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

GRUPO GESTOR DE SISTEMAS DE TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

Dra. Kátia Sena

Juíza Auxiliar Da Corregedoria Do Interior

Dr. Rodier Barata Ataíde

Promotor de Justiça - Ministério Público

André Martins Pereira

Defensoria Pública

Natália Couto

Defensoria Pública

Lucas Prado Kizan

OAB – Pará

Adriano Silva de Arruda

Ministério Público



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

GRUPO GESTOR DE SISTEMAS DE TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

Diego Leitão

Secretário De Informática – TJPá

Rodrigo Medeiros

Analista Judiciário

Yan Lima

Analista Técnico

Marília Paulo Teles

Analista Judiciário

Miguel Pernambuco

Analista Judiciário